

## RESUMO

A aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86, de 14 de Outubro), através de um amplo consenso parlamentar na Assembleia da República, constituiu o ponto de partida para uma reforma da educação em Portugal que era reclamada desde há muito e cuja exigência era reforçada pelos novos desafios decorrentes da adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

Com a publicação do Decreto-lei nº 286/89, de 29 de Agosto, iniciava-se a chamada *reforma curricular* – vertente mais importante da reforma educativa – estabelecendo-se novos planos curriculares para o ensino básico. A partir do ano lectivo de 1990/91, dá-se a generalização dos novos programas com a consequente adaptação dos manuais escolares à nova realidade educativa. Por sua vez, com a publicação do Decreto-lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, é levada a cabo a chamada *reorganização curricular* do ensino básico, cuja generalização se iniciou nas escolas a partir do ano lectivo de 2001/2002 e cujo quadro de referência permanece ainda em vigor. É, então, no horizonte temporal situado entre a reforma curricular (1989) e a reorganização curricular (2001) que iremos centrar essencialmente o nosso estudo.

Embora os temas do domínio específico da História apareçam abordados no primeiro ciclo do ensino básico integrados na Área de Estudo do Meio, contudo, a História só começa a aparecer como disciplina autónoma a partir do segundo ciclo, embora neste associada à Geografia.

A disciplina de História é, no conjunto das disciplinas do ensino básico, das que possuirá maiores possibilidades formativas na perspectiva da educação para a cidadania. Com base, então, nos programas e manuais destas duas disciplinas do ensino básico - História e Geografia de Portugal (segundo ciclo) e História (terceiro ciclo) - procuraremos seguir um percurso investigativo que nos possa dar conta da amplitude e da forma como a perspectiva da educação para a cidadania terá sido consubstanciada nos documentos orientadores da reforma curricular e novos programas das duas disciplinas, por um lado, e em que medida as intenções vertidas nos programas têm correspondência na textura discursiva dos manuais e nas recomendações para trabalho pedagógico, por outro.